

Setor de bets arrecada R\$ 37 bilhões em 2025 e acende alerta

Estudo aponta que 18% dos apostadores deixam de pagar contas para jogar online

Por Martha Imenes

As empresas de apostas esportivas e jogos online (bets) encerraram 2025 com receita bruta de R\$ 37 bilhões. Os dados são da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. O número aponta alta movimentação, o que é comemorado pelo setor de jogos, chama atenção por um outro viés: do de apostadores. Um estudo da klavi, fintech de inteligência via Open Finance, analisou o comportamento financeiro de 6,8 milhões de brasileiros e identificou que 18% dos apostadores têm um comportamento de alto risco. Essa parcela deixa de cumprir compromissos financeiros para apostar.

A pesquisa também revela a dimensão da expansão do fenômeno: 53,6% da base analisada apostou ao menos uma vez nos últimos 12 meses, o que equivale a 3,7 milhões de pessoas e repre-

senta o dobro do registrado um ano antes. Esses dados foram levantados a partir de informações obtidas via Open Finance.

Mediante consentimento explícito dos usuários, é possível observar em tempo real a renda, os gastos, a frequência de apostas e o uso de crédito para checar as tendências comportamentais e o impacto financeiro das apostas na vida dos brasileiros. A partir dessas métricas, a klavi desenvolveu um Indicador de Risco de Apostas capaz de identificar quando o hábito deixa de ser recreativo e passa a comprometer a saúde financeira do indivíduo.

“A digitalização ampliou o acesso, mas não necessariamente a compreensão sobre risco. Apostar ficou mais fácil, mais rápido e mais invisível no dia a dia. Isso aumenta a vulnerabilidade de quem não tem alfabetização financeira para reconhecer sinais de risco”, afirma Bruno Chan, CEO e cofundador da klavi. Segundo ele, o



Vício de apostas em bets e em cassinos online recebem atenção do poder público

problema está na ausência de repertório para lidar com plataformas desenhadas para estimular a recorrência: “O que o estudo mostra é que a combinação entre inclusão digital e falta de educação financeira cria terreno fértil para hábitos compulsivos”, complementa.

A análise mostra que, embora 69,3% da amostra total não apresente risco associado às apostas, a parcela crítica preocupa. Além dos 18% de apostadores de alto risco, outros 11,6% têm risco moderado e 9,4% apresentam risco baixo, indicando que o comportamento pode evoluir negativamente ao longo do tempo. O grupo de risco alto, sozinho, já representa mais de 600 mil pessoas com o orçamento diretamente comprometido pelas apostas digitais.

Risco de inadimplência

As consequências são amplas. Pessoas classificadas como de alto

risco têm ao menos 35% mais chance de se tornarem inadimplentes, resgatam investimentos ou deixam de aportar, reduzem consumo no varejo, não recomparam a reserva de emergência e podem vender bens pessoais para sustentar o hábito. Também são mais frequentes cortes em gastos com saúde e atrasos em contas essenciais, como água, energia e internet.

O perfil etário mostra nuances importantes: entre 18 e 24 anos, metade dos apostadores de alto risco pertence à classe C e 68% estão concentrados no Sudeste e Nordeste. No grupo de 25 a 34 anos, um terço dos apostadores apresenta algum nível de risco e 12% já atingem o patamar de alto risco. Entre 35 e 54 anos, há forte concentração no Sudeste e nas classes C. A partir dos 55 anos, o risco médio cai, ainda que permaneça elevado entre consumidores das classes C, D e E. Dos 75 anos em diante, o padrão se

transforma, e o comportamento de risco se concentra proporcionalmente mais nas classes A e B, embora 87% dessa faixa etária não apresentem risco.

O estudo indica que o risco se reconfigura ao longo da vida e acompanha tanto a exposição digital quanto diferentes formas de lidar com incertezas financeiras. Nas faixas mais jovens e urbanizadas, prevalece a vulnerabilidade associada à hiperexposição a aplicativos e à falta de educação financeira. Nas mais altas, o comportamento se relaciona menos à renda e mais a padrões individuais de consumo. Para Chan o diagnóstico reforça a urgência de ferramentas de prevenção, “Quando conseguimos enxergar os sinais de risco em tempo real, é possível proteger o usuário antes que a situação se desestabilize completamente. É assim que o dado deixa de ser apenas diagnóstico e passa a ser proteção”, conclui o CEO da klavi.

Dados divulgados pelo governo permitem maior fiscalização e controle do setor

O advogado Felipe Crisafulli, sócio do Ambiel Bonilha Advogados e membro da Comissão de Direito dos Jogos, Apostas e do Jogo Responsável da OAB/SP, destaca a importância do dado divulgado pelo governo federal. “Com base na informação passada pelo governo é possível saber quanto o governo ganhou e, na forma da lei, obrigatoriamente destinou aos órgãos e entidades competentes como consequência direta da regulação das apostas de cota fixa”, explica.

Conforme os dados oficiais, o volume de arrecadação reflete um crescimento expressivo do setor desde a implementação da regulamentação, em 1º de janeiro de 2025. A SPA também informou que mais de 25 mil sites ilegais foram bloqueados em cooperação com a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), e que atualmente 79 operadoras estão autorizadas a atuar no país dentro das normas legais.

Além da receita bruta gerada pelas bets, o governo arrecadou valores importantes com outorgas de autorização e taxas de fiscalização pagas pelas operadoras, ampliando o impacto fiscal positivo da atividade. Os dados reforçam a relevância econômica do setor regulado e o papel do Estado no combate à informalidade e na promoção de práticas responsáveis.

“O desempenho do setor em números ao longo do ano de 2025 demonstra que o mercado de apostas pode ser uma fonte significativa de receita. Mas a atuação da SPA, em si, vai além: ela evidencia que um ambiente



Felipe Crisafulli chama atenção para necessidade de controle

regulado oferece transparência, eficácia na fiscalização e maior proteção ao consumidor, numa relação de ‘ganha-ganha’ a todos os envolvidos”, avalia Felipe Crisafulli.

Aperfeiçoamento

Crisafulli avalia que desafios permanecem no cenário regulatório. A necessidade de aperfeiçoar mecanismos de combate a operadores que atuam fora dos parâmetros

legais (black market) e a intensificação de campanhas de conscientização sobre jogo responsável estão entre as prioridades identificadas por especialistas.

“É fundamental que a regulamentação continue evoluindo para diminuir riscos sociais e econômicos, atuando não apenas para fiscalizar os operadores que atuam no mercado regulado, mas, também, extirpar as empresas que não passaram pelo mesmo escrutínio do governo, pois, dessa maneira, teremos um mercado com um ambiente competitivo e transparente”, destaca Gustavo Biglia, sócio do Ambiel Bonilha Advogados e especialista em Direito Regulatório na área de Jogos e Apostas. Sua análise aponta para o equilíbrio entre incentivos econômicos e mecanismos de proteção ao cidadão.